



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assunto da interpelação e respectivas questões

No decorrer da sessão de perguntas e respostas que teve lugar neste hemiciclo, o Chefe do Executivo prometeu que, com base no actual plano de construção de 19.000 fracções de habitação pública, ia impulsionar a construção de mais habitações públicas. E quanto ao fenómeno estranho registado com as habitações económicas situadas na Alameda da Tranquilidade, cujas obras já estão concluídas há muito tempo mas os candidatos ainda não foram autorizados a ocupá-las, o Chefe do Executivo afirmou que ia prestar a devida atenção e acompanhamento ao incidente. Todavia, essas palavras do Chefe do Executivo não foram materializadas pelos serviços competentes, e a minha interpelação escrita acerca do assunto também não foi atempadamente respondida.

De facto, o Governo da RAEM deve prestar atenção às necessidades dos residentes, deve construir mais habitações públicas e proceder, o mais cedo possível, à atribuição das mesmas.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. No início de 2007 tiveram início as obras de construção das 880 fracções autónomas de habitação económica de Veng Neng, cuja conclusão e respectiva ocupação estavam previstas para finais de 2008. Mas já estamos em 2011, e embora aparentemente tudo esteja já concluído há muito tempo, o Governo, que alega sempre dar solução às necessidades urgentes dos cidadãos, insiste em demorar a distribuição das fracções, ignorando por completo a grande urgência dos requerentes em



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

adquirir uma habitação. O Governo começou por prometer que a nova lei sobre a habitação económica ia estar pronta no segundo trimestre de 2009, e que ia, ao mesmo tempo, abrir novas candidaturas para habitações económicas. Se o Governo tivesse concretizado o seu compromisso e respeitado os prazos definidos para as obras, as fracções de Veng Neng já teriam sido distribuídas, há muito tempo, nos termos da nova lei. Perante esta demora na distribuição das referidas fracções, nenhum dos titulares dos principais cargos do Governo vai ter de assumir a devida responsabilidade política?

2. Neste momento, a utilização de uma pequena quantidade de terrenos para a construção de habitações de pequena dimensão, sem se imporem limites aos respectivos preços, em nada ajuda a população a atenuar a pressão decorrente dos elevados custos da habitação. O Chefe do Executivo travou a licitação de dois terrenos. Deve então ser de imediato preparado um novo plano para esses dois lotes, que devem ser destinados à construção de habitações públicas, revelando assim o Governo a sua determinação em construir mais habitações públicas, para além das 19 mil já definidas no respectivo plano. O Governo vai fazer isso? A utilização de uma pequena quantidade de terrenos para a construção de habitação de pequena dimensão, sem se imporem limites aos respectivos preços, em nada contribui para atenuar a pressão da população, decorrente dos elevados custos da habitação, por isso, o Governo deve proceder a um ligeiro ajustamento da estratégia de revitalização dos prédios industriais, deve promover a sua transformação em fracções de pequena dimensão e



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

recorrer a contratos de desenvolvimento para habitação, nos quais deve estipular-se a obrigatoriedade da promotora disponibilizar uma determinada proporção de fracções públicas. O Governo vai proceder a este ligeiro ajustamento?

3. Com vista a concretizar a sua promessa de retomar terrenos que preencham condições para a construção de habitações públicas, o Governo deve clarificar quantos, dos mais de 100 terrenos baldios já apreciados, incluindo os 5 terrenos cuja caducidade de concessão o Chefe do Executivo já declarou, por despacho, podem ser utilizados para a construção de habitações públicas. Em Janeiro de 2008, o Governo da RAEM vendeu em hasta pública dois terrenos para fins habitacionais e comerciais, com uma área total superior a 4.700 m², sítos no Bairro Fai Chi Kei, em relação aos quais apenas recebeu 10% do valor da venda. Os terrenos encontram-se por desenvolver há mais de 3 anos. Não deve então o Governo reavê-los para a construção directa de habitações públicas? Ou então colocá-los novamente a concurso público para a construção de mais habitações públicas?

27 de Abril de 2011

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, Ng Kuok Cheong